



VIGILANTES INTERFORT: CAIXA, BB E SINDICATO COMPARECEM. INTERFORT FALTA. MEDIAÇÃO NO MT É ADIADA



Ontem, 05 de abril, o Sindicato, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil atenderam ao chamado do Ministério do Trabalho e compareceram a reunião de mediação solicitada pelo Sindicato para tratar dos descumprimentos de obrigações pela empresa Interfort.

Já a Interfort, simplesmente, FALTOU.

De qualquer forma a reunião aconteceu e uma ATA (copia abaixo) foi confeccionada onde ficou acertado que o Sindicato vai reforçar as notificações as instituições financeiras sobre

todas as irregularidades.

Nova reunião ficou agendada para o dia 18/4, às 10h.

O Sindicato intensificará a fiscalização, fará um pente fino para enquadrar a Interfraca.

Dos colegas Vigilantes continuaremos a receber as denúncias e reclamações.

É luta.

É Sindicato de luta, sem pelego, sem patrão.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

ÁREA DE LAZER DOS VIGILANTES, TOTALMENTE REVITALIZADA, SERÁ REINAUGURADA DIA 1º DE MAIO.

A boa notícia que os vigilantes estavam esperando: a nossa área de lazer está passando por uma boa reforma e será reinaugurada no dia 1º de maio, uma data muito importante para a classe trabalhadora, quando reforçamos nossas bandeiras de luta em defesa de mais emprego, melhores salários, mais benefícios e outras reivindicações igualmente importantes.

A obra está em ritmo acelerado com a reforma de banheiros, salão, piscinas, entre outras áreas importantes para melhor receber o vigilante e seus dependentes com mais conforto.

A nossa área de lazer foi a realização de um sonho, sem qualquer custo adicional para o associado e é onde o vigilante e sua família podem relaxar, vivenciar bons momentos com seus entes queridos, encontrar os colegas de trabalho para matar as saudades e curtir as churrasqueiras, as piscinas, jogar um futebol e descansar na rede embaixo da sombra das árvores.

Momentos únicos de muitas brincadeiras foram vividos em nossa área de lazer durante todos esses anos, principalmente pelas crianças, que adoram brincar nas piscinas. Agora, estamos prontos para oferecer mais diversão em um ambiente renovado, com muitas opções de lazer e confraternização.

Esperamos você e não esqueça de levar a carteirinha de associado.



Governo quer forçar julgamento presencial da revisão da vida toda no STF

Governo diz que não tem R\$ 300 bilhões para pagar revisão da vida toda do INSS. Cálculo de entidades de aposentados desmente o presidente e apontam que a correção pode alcançar cifra entre R\$ 2,5 a R\$ 5 bilhões



No final de fevereiro, quando a maioria dos ministros Supremo Tribunal Federal (STF) já havia concluído a votação virtual da ação de revisão da vida toda de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Nunes Marques, ministro que foi nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), pediu vistas e quer votação física deste processo. A tentativa do ministro é a de reverter a decisão tomada pelos colegas que beneficiaria milhares de beneficiários.

A decisão de Nunes Marques e a opinião que outros integrantes de órgãos públicos vêm expressando em entrevistas parecem ser coordenadas pelo governo Bolsonaro, que é contra o direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Na sexta-feira, 11 de março, Bolsonaro disse a apoiadores: “querem quebrar o país”. Segundo ele, o país não tem dinheiro para pagar os benefícios caso a tese seja aceita pelo plenário presencial.

“Não sou contra rever, não. Quem vai pagar?”

Tem dinheiro para pagar?” indagou. “Eu não vou discutir esse assunto porque a dívida dá mais de R\$ 300 bilhões”, disse Bolsonaro.

Cálculo feito por várias entidades de aposentados desmente o presidente e aponta que a correção da vida toda pode alcançar a cifra de R\$ 2,5 a R\$ 5 bilhões. A ameaça de terrorismo fiscal não é comprovada em hipótese alguma, garantem essas entidades.

Também alinhado a tese do governo, o Advogado Geral da União (AGU), ministro Bruno Bianco, vai na mesma linha do terrorismo fiscal. Ele defendeu como necessária a reversão dessa decisão do STF para que “possamos ser um país com tranquilidade e de pacificação social”, em entrevista à TV Brasil no dia 28 de março.

Para a Assessoria de Saúde e Previdência da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim-SP), as declarações de Bolsonaro e Bianco são acintosas e irônicas contra os aposentados, pois não há pacificação social com corte de direitos. Segundo a direção da Fetquim, tirar esse direito é não pacificar a vida dos aposentados. Há o sagrado direito constitucional de serem respeitadas todas as contribuições feitas pelos aposentados a qualquer tempo, afirmam os sindicalistas.

Entendendo a revisão da vida toda

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em 2019, pela validade da “revisão da vida toda”, autorizando que, quando mais vantajosa, os segurados teriam direito ao cálculo da média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, julgando inconstitucional a Lei 9.876/1999, que definia não considerar os salários maiores anteriores a junho de 1994.

A decisão virtual do STF no final de fevereiro manteve esse posição do STJ que agora o governo Bolsonaro quer cassar com o golpe de

nova votação física no STF. Daí a pressão do atual ministro da Advocacia Geral da União fazendo pressão para que não seja considerado o voto do ministro aposentado Marco Aurélio Mello e que vote o novo, André Mendonça, ex-AGU, nomeado por Bolsonaro para alterar o placar e prejudicar os aposentados. O julgamento sobre a revisão da vida toda ocorre no RE 1.276.977.

A pressão deve continuar, segundo os dirigentes químicos

Airton Cano, coordenador da Fetquim, alerta para que “as associações de aposentados e entidades sindicais fiquem atentas a mais esse momento”. “O STF não pode retroceder naquilo que já votou virtualmente, e nesse momento é essencial que os direitos de todos seja preservado, pois o que os aposentados querem é uma aposentadoria digna.”

Para André Alves, secretário de Saúde da Fetquim, mais uma vez os aposentados não podem ser afetados. “Os salários das aposentadorias já são baixos e fomos prejudicados com a reforma da previdência bolsonarista que cortou vários direitos. É um absurdo o Ministro Nunes Marques, indicado pelo Bolsonaro, ter pedido esse novo julgamento.”

Paulo José dos Santos, o Paulão, secretário Geral dos Químicos do ABC, lembra que é importante que as associações de aposentados fiquem atentas a essa nova manobra. “Desrepeitar a maioria do STF é de fato conturbar a vida dos aposentados e não é pacificar, como diz esse Ministro do Bolsonaro, para que os mesmos vivam decentemente e com dignidade suas aposentadorias”.

FONTE: CUT - Escrito por: Fetquim-CUT |

Editado por: Marize Muniz

Nota: Ex-ministro mente na imprensa sobre situação do INSS

Repudiamos a fala de Onix Lorenzoni onde afirma, dentre outras coisas, que os servidores do INSS são muito valorizados, respeitados e que recebe as melhores condições de trabalho



O SINSSP vem em nota repudiar a fala do ex-Ministro do Trabalho e Previdência, Onix Lorenzoni, onde afirma que “estamos [ministro] dando as melhores condições possíveis de trabalho a todos os servidores do INSS, sendo tratados com muito respeito, todos sendo muito valorizados. Nós estamos revisando, reformando, construindo novas instalações, estamos fazendo aquilo que é melhor para que o atendimento possa sempre ser feito aos aposentados e pensionistas com atenção e respeito e com carinho.”

Não é pegadinha do Dia da Mentira, a

afirmação foi exibida no dia 29/03/2022 pela TV JP News, no Jornal Jovem Pan News sobre a pauta da mobilização dos servidores do INSS. Há uma semana de greve e de apagão no INSS, o ex-ministro tenta minimizar os reais problemas da Autarquia e relaciona o movimento da categoria à crise política que tenta desgastar a imagem do Governo.

Oniz Lorenzoni só esqueceu de assumir para a imprensa qual foi o seu papel na extensa fila virtual do órgão, que só cresce a cada dia. E as filas aumentam sobretudo pela falta de servidores para fazer essas análises, situação

dada pela TOTAL ausência de concursos públicos para repor a mão de obra perdida nos últimos anos, além das metas abusivas que estão deixando muitos funcionários com a saúde mental e corporal comprometidas, bem como pelo fato das agências de atendimento do INSS estarem, em sua maioria, em estado precário e sem verbas para manutenção, que os sistemas corporativos estão desatualizados, ultrapassados e até hoje não foram totalmente preparados para cumprir a EC-103/2019. A internet disponível, em algumas agências, é mais lenta do que a que usamos em nossos celulares, o que dificulta a realização dos trabalhos, que o vencimento base da maioria dos servidores, que segundo Lorenzoni são muito valorizados, estão abaixo do valor do salário-mínimo, e por aí vai, a lista é muito extensa.

Os jornalistas estão convidados a irem até as agências do INSS, para constatarem ‘in loco’ o estado de abandono que se encontram, aparelhos de ar-condicionado sucateados e sem manutenção, instalações elétricas obsoletas, falta de equipamentos básicos de segurança, falta inclusive de mobiliário adequado e computadores para que os servidores executem suas tarefas, entre outras mazelas que podem ser constatadas com facilidade. Assim reforçamos nosso convite, visitem os postos de atendimento do INSS e desmascarem as mentiras contadas pelo ex-ministro.

A Instituição que foi criada para reconhecer e conceder os direitos assistenciais e previdenciários do povo brasileiro está, neste momento, vivenciando o ápice do caos criado por esse governo, andando na contramão do que rege o seu dever, servidores maltratados, sem reconhecimento, adoentados por conta de tanta pressão e sem a mínima infraestrutura para trabalhar.

O atual quadro de servidores do INSS está com menos de 20 mil funcionários, pelo menos a metade do número de servidores ativos que

havia na instituição há uns 5 anos atrás. Em 2014 o próprio TCU já alertava sobre o desfalque de servidores que ocorreria no INSS e da necessidade de se executar concursos públicos para suprir a futura falta de servidores, mas mesmo com o alerta do Tribunal de Contas da União, quase nada foi feito. O último concurso público realizado para o INSS foi em 2015.

Assim, diante destes problemas estruturais listados acima, o INSS conta hoje com uma triste estatística, contando com mais de 2 milhões de requerimentos dos cidadãos brasileiros paralisados na nuvem da Previdência Social, são pedidos de aposentadorias, pensões, auxílios, benefícios assistências, salário-maternidade, recursos, revisões, atualizações, isenções para Imposto de Renda, entre outras solicitações. Há inclusive a suspeita de que os números divulgados pelo INSS são inferiores a realidade, pois algumas demandas nem estão sendo executadas, por absoluta falta de mão de obra.

De quem é a culpa deste caos instalado? Com certeza não é da população, muito menos dos servidores! A culpa é do Governo e de seus dirigentes!

A precarização das condições de trabalho e da infraestrutura predial e do parque tecnológico do INSS é um projeto de desmonte para tirar da sociedade o que é público e torná-lo privado.

Por estar no meio deste furacão criado pelo Governo que o Servidor Público Federal do INSS está em greve, no apagão total do INSS. Lutar pelos direitos não é querer instaurar crise política ou mostrar que o sindicato está fazendo alguma coisa pelo filiado, a luta é por melhores condições de trabalho, de salário, pela qualidade no atendimento à população e na defesa de uma Previdência Social pública e de qualidade.

Reforçamos que ex-ministro Onix Lorenzoni mentiu descaradamente para a sociedade e escondeu as mazelas da sua gestão à frente do Ministério do Trabalho e Previdência.

FONTE: CUT - Escrito por SINSSP

Audiência pública reforça mobilização contra fechamento das varas trabalhistas no RS



O Deputados, desembargadores, advogados, dirigentes sindicais, prefeitos e vereadores se manifestaram nesta segunda-feira (4), de forma unânime, contra a ameaça de fechamento de nove varas trabalhistas no interior gaúcho, durante audiência pública da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A reunião foi presidida pelo deputado Luiz Fernando Mainardi (PT).

De acordo com a resolução nº 296/2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), publicada em 25 de junho de 2021, nove varas do RS podem ser atingidas: Alegrete, Encantado, Lagoa Vermelha, Arroio Grande, Rosário do Sul,

Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santiago e São Gabriel. Juntas, essas cidades concentram mais de 700 mil habitantes, que ficariam sem o atendimento local da Justiça do Trabalho. Em todo o Brasil são 69 varas trabalhistas estão ameaçadas.

Justiça do Trabalho é uma função de Estado

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), desembargador Francisco Rossal de Araújo, disse que a Justiça do Trabalho é uma função de Estado e que o Estado não pode virar as costas para quem mais precisa dele.

Ele defendeu que a Justiça do Trabalho “carrega consigo o DNA da justiça social” e

que é importante para garantir o equilíbrio na sociedade de forma perene, independente do governo de momento. Além disso, demonstrou preocupação com o fato de que a possibilidade de extinção de varas aparece dentro de um contexto maior, de debate sobre acesso a serviços públicos

“Divergimos da resolução nº 296. Não podemos reduzir a perspectiva de presença do Estado exatamente onde mais se precisa dele. A Justiça do Trabalho é fundamental para essas áreas mais distantes”, resumiu Araújo.

O presidente da OAB-RS, Leonardo Lamachia, disse que a entidade é “absolutamente contrária ao fechamento de varas trabalhistas”. Ele saudou a iniciativa da Assembleia e convocou as pessoas a se mobilizarem contrariamente à resolução. “Precisamos reverter esse cenário”, frisou.

Na abertura da audiência, o presidente da Assembleia, deputado Valdecir de Oliveira (PT), lembrou o papel social desempenhado pela Justiça do Trabalho, “que está ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras em todos os cantos do estado”. Assim, pontuou, “não podemos aceitar que se vá aos poucos aniquilando a Justiça do Trabalho”.

Para o deputado Mainardi, não se pode pensar em fechar varas trabalhistas em um país com tantas desigualdades. “A Justiça do Trabalho é um instrumento concreto para reagirmos às injustiças”, ponderou. “Estou na linha dos que não aceitam direitos a menos para os trabalhadores e dificuldades a mais para os operadores do direito”, sintetizou.

Fechamento de varas é resultado da reforma trabalhista

O presidente da Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (Agetra), Felipe Carmona, alertou que a proposta de fechamento de varas

é resultado de um modelo cínico que começou a ser implantado com a reforma trabalhista. “A existência da Vara do Trabalho tem um efeito pedagógico na localidade. O trabalhador se sente representado. Ela simboliza o acesso à Justiça”, argumentou.

“É como se fosse um posto de serviço de saúde. Se não houver o posto, não se vai buscar o tratamento adequado”, comparou. “Não se pode pensar em fechar varas, o que temos que fazer é aumentar o número de servidores, juizes e varas do trabalho”, defendeu Carmona.

O representante da Associação dos Magistrados do TRT4, desembargador Márcio Lima do Amaral, informou que já é a terceira vez que se mobiliza contra o fechamento de varas trabalhistas. Para ele, a presença da Justiça do Trabalho em locais mais afastados dos grandes centros é fundamental.

“A Justiça do Trabalho tem, também, uma função social. Essa resolução, entretanto, traz uma perversa matemática. Não são números que devem determinar a presença da Justiça do Trabalho, mas a sua função, a sua importância”, defendeu Amaral.

Acompanhado de um comitiva de vereadores e sindicalistas da cidade, que lotaram um ônibus e vieram participar da audiência pública, o prefeito do Alegrete, Márcio Fonseca do Amaral (MDB), disse que veio dar apoio institucional ao movimento contra o risco de fechamento das varas.

“As distâncias na fronteira oeste são muito grandes. Se as varas que correm riscos forem fechadas, toda a nossa região pode ficar sem acesso à Justiça do Trabalho”, denunciou. Para ele, é justo olhar o custo do Estado, mas isso não pode comprometer o acesso à Justiça”.

FONTE: CUT-RS

CCJ deve votar reforma tributária e projeto sobre armas de fogo para CACs



O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, e Roberto Rocha, relator da reforma tributária, em reunião em 16 de março
Geraldo Magela/Agência Senado

Depois de duas semanas sem reunião deliberativa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) volta a se reunir nesta quarta-feira (6), às 10h, com oito projetos na pauta. Entre eles, estão a proposta de reforma tributária (PEC 110/2019) e o Projeto de Lei (PL) 3.723/2019, que define regras para a atividade de caçadores, colecionadores e atiradores (CACs). São dois temas polêmicos que já estiveram antes na pauta da comissão, mas não chegaram a ser votados.

Atiradores

Outro item polêmico da pauta desta quarta-feira é o PL 3.723/2019, que muda regras para registro e porte de armas de fogo e regula a atividade de colecionadores, atiradores esportivos e caçadores (CACs). Senadores críticos à proposta, alegam que o texto, da forma como está, desfigura o Estatuto do Desarmamento ao ampliar sobremaneira o acesso dos brasileiros às armas de fogo.

Outra crítica é em relação ao aumento do número de categorias profissionais com acesso a armas. Ao longo da tramitação, foram feitas concessões a dezenas de categorias, como fiscais do meio ambiente, auditores fiscais agropecuários, agentes socioeducativos, defensores públicos e até integrantes do Congresso Nacional.

O relator, Marcos do Val (Podemos-ES), por sua vez, alega que o número de CACs no Brasil cresceu de 100 mil para 600 mil e eles seguem sem amparo jurídico para exercerem suas atividades.

Ainda segundo o parlamentar, a concessão de porte para novas categorias profissionais não previstas no Estatuto do Desarmamento partiu de emendas dos próprios senadores.

Marcos do Val alega também que atendeu uma das principais reivindicações dos críticos do projeto, que trata do limite de armas a serem registradas pelos CACs. Inicialmente o texto fixava um mínimo de 16 equipamentos, mas não previa um limite máximo para o arsenal. Agora o relator propôs que o Comando do Exército determine o quantitativo máximo.

O PL 3.723/2019 já esteve para ser votado duas vezes este ano na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em 23 de fevereiro, o relator fez a leitura de seu voto, concordou em fazer algumas mudanças e vista coletiva foi concedida.

Em 9 de março, depois de muita discussão entre os senadores, nova vista foi concedida. Os parlamentares críticos à proposta alegaram que Marcos do Val fez uma série de modificações no texto de última hora, acolhendo dezenas de emendas.

Depois disso, uma outra polêmica: parlamentares contrários ao texto denunciaram que foram alvo de ameaças pelas redes sociais. A Polícia Legislativa foi acionada para investigar os casos e encontrou os responsáveis. Durante esse período, o PL 3.723 ficou fora da pauta da CCJ, retornando agora nesta semana de esforço concentrado.

Fonte: Agência Senado

Movimento sindical cobra fim do horário estendido pelo Santander

Banco convocou funcionários para trabalhar normalmente, mesmo aqueles com doenças que podem ser agravadas pelo vírus da covid-19, mas mantém horário especial para os clientes com este mesmo perfil



O movimento sindical cobrou do Santander o fim do horário estendido para atendimento de clientes com doenças que podem ser agravadas pelo vírus causador da covid-19. A direção do banco convocou os funcionários do grupo de risco para a covid-19 para voltarem ao trabalho presencial desde segunda-feira (4). Mas, manteve o horário estendido nas agências para atendimento aos clientes do grupo de risco.

O horário regular é das 10h às 16h, ou das 10h às 15h nos municípios que assim determinaram, conforme legislação local. Durante a pandemia, o Santander, junto como os demais bancos, implementou horário de atendimento preferencial das 9h às 10h nas agências para idosos e pessoas do grupo de risco para o coronavírus.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“O cenário atual leva a crer que, para o Santander, a segurança e a prevenção contra o coronavírus dentro das agências para os funcionários, independentemente de comorbidades ou demais fatores que agravam uma infecção, é menos importante do que para os clientes, já que os bancários do grupo de risco foram convocados para o retorno presencial, mas as agências continuam com horário estendido para clientes do grupo de risco para a covid-19”, disse a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, Lucimara Malaquias.

A direção do Santander respondeu que este tema está em discussão internamente, e se comprometeu a dar retorno ao movimento sindical até o fim desta semana.

“Da forma como está, o banco tem usado a pandemia como pretexto para aumentar a carga de trabalho nas situações que lhe convém, porque essa uma hora a mais de atendimento significa sobrecarga de trabalho para os bancários. E ainda há denúncias de bancários de diversos locais de trabalho onde clientes que não são do grupo de risco chegam entre 9h e 10h, e acabam atendidos porque nenhum bancário ousaria recusar atendimento”, afirma Lucimara.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF